



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MIKAELY DE MELO SILVA**

***Brasil no BRIC: política externa brasileira no período 2003-2010.***

**João Pessoa – PB  
2014**

**MIKAELY DE MELO SILVA**

***Brasil no BRIC: política externa brasileira no período 2003-2010.***

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de  
Relações Internacionais da  
Universidade Estadual da  
Paraíba – PB em cumprimento á  
exigência para obtenção do grau  
de bacharel.**

**Prof. Drº. Filipe Reis Melo  
Orientador**

**João Pessoa – PB  
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586b Silva, Mikaely de Melo

Brasil no BRIC [manuscrito] : política externa brasileira no período 2003-2010 / Mikaely de Melo Silva. - 2014.

41 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Filipe Reis Melo, Departamento de Relações Internacionais".

1. Política externa. 2. BRIC. 3. Brasil. 4. Rússia. 5. Índia. 6. China. I. Título.

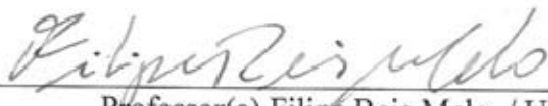
21. ed. CDD 327.81

**MIKAELY DE MELO SILVA**

**Brasil no BRIC: política externa brasileira no período 2003-2010**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

Aprovado(a) em 31/07/2014.



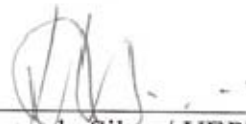
---

Professor(a) Filipe Reis Melo / UEPB  
Orientador(a)



---

Professor(a) José Carlos de Assis / UEPB  
Examinador(a)



---

Professor(a) Daniel Afonso da Silva / UEPB  
Examinador(a)



Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter permitido chegar até este momento tão importante na minha vida.

Agradeço todos os professores do curso de Relações Internacionais que ao longo da minha trajetória acadêmica contribuíram para meu enriquecimento intelectual e ampliação de visão de mundo. Ao meu orientador Professor Filipe Reis por ter aceito orientar este trabalho e ao Professor José Carlos que através de suas aulas contribuiu para a escolha do objeto de estudo proposto neste trabalho.

Ao meu querido amigo, companheiro e esposo Thiago Amorim por todo empenho, atenção, compreensão, força e companheirismo dados a mim de forma tão generosa, a ele expresso aqui minha gratidão.

A minha família, de forma particular, meu irmão Mikaelson, minha mãe Maria Herotides e meu pai Pedro Romão por não medir esforços para que esse momento fosse possível, sem vocês eu não teria chegado até aqui.

A minha sogra Vania Amorim e meu sogro José Flor por ter me acolhido de forma tão generosa a sua família, a eles sou imensamente grata pelos conselhos, as palavras de estímulo, carinho e atenção.

A minha amiga Libna Alves por sua presença na minha vida.

A minha querida amiga Suênia Lima, que muito contribuiu para que eu pudesse chegar até aqui, as palavras de incentivos, sua generosidade e a ótima parceria ao longo desta graduação, irei sempre lembrar com saudosismo dos momentos vividos no curso de Relações Internacionais. Aos amigos que deixaram saudades, Joyce, Cleidilene, Thalita, Sanny, Raul, Fabricio, Shirley, Luzimeire, Kylvnara, Nivaldo, Danielle, entre outros.

## RESUMO

A política externa brasileira entre o período dos anos de 2003 a 2010 caracterizou-se pela valorização das práticas de cooperação, seguindo a nova agenda internacional, que trouxe consigo a necessidade de criação de fóruns de debates com temas relevantes como desenvolvimento sustentável, alternativas para crises financeiras recorrentes, entre outros assuntos pertinentes na atual conjuntura do cenário internacional. Neste sentido o BRIC (grupo de países emergentes Brasil, Rússia, Índia e China) surgiu como uma alternativa de cooperação político-econômica no sistema internacional atual. Este trabalho propõe analisar a importância deste grupo para o Brasil. Para tanto foi utilizado uma metodologia quantitativa através de levantamento bibliográfico sobre a estratégia de política externa brasileira entre 2003 a 2010 para que pudéssemos entender a relação do Brasil com o mundo, seu poder de influência no âmbito regional e sua projeção a nível internacional a ponto de estar incluído no grupo BRIC. A hipótese aqui levantada considera que o Brasil ao estreitar as relações com estes países, abriu o leque de possibilidades de cooperação política e econômica, contribuindo para o processo de inserção internacional do estado brasileiro. Através destas iniciativas foi possível ao Brasil estar presente em diversos mecanismos inter-regionais de cooperação político-econômica, dentre estes, o BRIC que tem sido um trampolim para alavancar os interesses políticos e econômicos traçados pelo governo brasileiro.

**Palavras-chave:** Política externa. BRIC. Brasil. Rússia. Índia. China

## ABSTRACT

The Brazilian foreign policy between the period of the years 2003 to 2010 was featured by the valorization of the practices of cooperation, following the new international agenda, which brought with it the necessity creation of discussion forums with relevant topics such as sustainable development, alternatives for recurrent financial crisis, among other pertinent matters in the present juncture of international scenario. In this sense the BRIC (group of emerging countries Brazil, Russia, India and China) has emerged as a political-economic cooperation alternative in the current international system. This paper aims to analyze the importance of this group to Brazil. Therefore a quantitative methodology was used through bibliographic survey about the Brazilian foreign policy strategy between 2003-2010 so we could understand the Brazil's relationship with the world, their influence power at the regional scope and its projection at an international level to the point of being included in the BRIC group. The hypothesis presented here considers that by narrowing relations with these countries, Brazil opened up the range of political and economic cooperation possibilities, contributing to the process of international insertion of the Brazilian state. Through these initiatives it was possible for Brazil to be present in various inter-regional mechanisms of political-economic cooperation, among these, the BRIC that has been a springboard to leverage politic and economic interests set by the Brazilian government.

**Key-words:** Foreign policy. BRIC. Brazil. Russia. India. China



## LISTA DE SIGLAS

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ASA	Cúpula América do Sul-África
BRICS	Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul
CEE	Comunidade Económica Europeia
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FOCALAL	Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste
IBAS	Brasil, Índia, África do Sul
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OMC	Organização Mundial do Comércio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
URSS	União das Republicas Socialistas

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>07</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>1 Um breve histórico, de Collor a Lula: o retrato da Política Externa.....</b>	<b>11</b>
<b>2 Brasil e a Percepção de Poder.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 Governo Lula, abertura de novos horizontes: acordos bilaterais, multilaterais e criação de foros para cooperação internacional.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1.1 Na América.....</b>	<b>22</b>
<b>2.1.2 Europa.....</b>	<b>26</b>
<b>2.1.3 África.....</b>	<b>27</b>
<b>2.1.4 Oriente Médio.....</b>	<b>27</b>
<b>2.1.5 Ásia.....</b>	<b>28</b>
<b>2.2 Parcerias Alternativas.....</b>	<b>29</b>
<b>2.3 O BRIC, a criação do Acrônimo.....</b>	<b>30</b>
<b>3 O BRIC no atual sistema internacional.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1 O Brasil no BRIC.....</b>	<b>36</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>

## Introdução

Nossa primeira intenção é fazer um trabalho voltado para as relações internacionais brasileiras ao longo de um período específico. Num primeiro momento vamos notar que a política externa brasileira mudou em ampla medida na década de 2000. Por isso iniciamos esse trabalho traçando um breve histórico das relações internacionais ao final do século XX a nível mundial para então situar o Brasil quanto à questão central deste trabalho que trata da nova política externa brasileira e como através dela o Brasil se lançou em novas parcerias, novos mercados e também a um nível de percepção jamais experimentado. Por estas razões, damos um breve destaque às políticas externas dos governos pós-democratização, para melhor entendermos essa dita nova política externa.

Num segundo momento, tendo em vista esse novo contexto internacional, tratamos dos rumos da política externa brasileira entre os anos 2003 a 2010. Aqui o país seguiu a tendência da nova agenda internacional dentro de uma lógica de globalização, que se tornou tendência imperativa dentro do próprio programa de governo do ex-presidente Lula. O Brasil procurou explorar e aprimorar os aspectos que o favoreciam em sua projeção internacional como o poder de influência no âmbito regional, as visitas realizadas em diversos países em busca de novos parceiros estratégicos, a busca por polos alternativos de poder e a participação em fóruns de cooperação político-econômicos. Por esses motivos o Brasil foi incluído no acrônimo BRIC, pensado por um fundo de investimento, porém, dentro dessa perspectiva, o país se viu alçado ao patamar de potência regional e emergente.

Assim, ao final, buscaremos compreender mais especificamente a participação do Brasil no BRIC Brasil, Rússia, Índia e China. Por isso fazemos a análise de cada um dos incluídos no acrônimo, apontando os motivos que levaram esse grupo de países a serem percebidos como integrantes de um movimento econômico comum a eles, por esse motivo não fazemos essa análise de forma tão aprofundada quanto a do Brasil feita no início do trabalho. O que se faz é mostrar o conjunto de condicionantes que levou esse grupo de países a tornarem-se poderosos emergentes, percebidos agora como parte das soluções dos problemas econômicos, financeiros e políticos do mundo. E não somente por si mesmos, mas pelas potências mundiais assim considerados. E dentro dessa percepção os diversos interesses implícitos. Aqui ressaltamos que não

incluímos a África do Sul neste estudo por entender que sua inclusão ao grupo foi posterior ao período proposto desta análise.

Portanto, o trabalho está dividido em três seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção, fazemos uma breve retrospectiva histórica da política externa brasileira a partir do Governo Fernando Collor de Melo até o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Na segunda seção analisaremos o poder de influência regional do Brasil projetando-o para o meio internacional, como também decorreremos a política externa brasileira entre 2003 e 2010, a política de reciprocidade e o aumento das relações bilaterais e multilaterais no período. Finalmente, na terceira seção abordaremos a criação do BRIC, a inserção do Brasil no grupo e as relações econômicas e políticas brasileiras com os países do BRIC. Além disso, utilizamos gráficos, tabelas, sítios virtuais e relatórios do portal do Itamaraty na construção da ideia deste trabalho.

## **1 Um breve histórico, de Collor a Lula: o retrato da Política Externa**

A década de 1990 foi marcada por profundas mudanças no cenário internacional. Iniciando com queda do muro de Berlim em 1989, anunciando o fim da Guerra Fria que separava o mundo em dois polos ideológicos, o anúncio do fim da União das Repúblicas Socialistas URSS por Gorbachev e a separação das repúblicas socialistas, a retirada das tropas americanas do Iraque e término da primeira guerra do Golfo e nos Estados Unidos inicia-se um período de prosperidade sem paralelo ao longo de toda a década de 1990, entre outros eventos que provocaram mudanças nos âmbitos político e econômico.

Diante deste novo cenário internacional, a estratégia de política externa brasileira entre 1991 e 1994 também apresentaria mudanças ao começar pela transição paradigmática do Estado desenvolvimentista para o Estado Normal, que Cervo explica. O primeiro paradigma caracterizado por uma política de desenvolvimento industrial por meio de fortalecimento estatal e fechamento econômico a capitais estrangeiros.

O bloco mental do paradigma desenvolvimentista compõe-se de uma variável ideológica e outra política. Irrompeu, por certo, na América Latina, e com maior força no Brasil, a ideologia desenvolvimentista, que penetrou a opinião pública, a vida política e os estudos socioeconômicos, entre os anos de 1950 e 1980. Sob o signo desenvolvimentista, substituiu-se o vetor da abertura do mercado por outro conceito operativo destinado a balancear a funcionalidade do Estado, solicitado externamente pelo conservadorismo liberal e internamente pela ruptura a produzir sobre o atraso histórico. A busca do desenvolvimento tornou-se vetor da política exterior. A acepção do desenvolvimento, conceito sociológico complexo, por abranger o econômico e o social, restringiu-se, na mente dos tomadores de decisão, de modo a contemplar essencialmente duas variáveis: a industrialização e o crescimento econômico (CERVO, p.73 e 74, 2008).

E o seguinte caracterizado pelo fortalecimento das práticas de desestatização de empresas públicas e abertura ao capital estrangeiro, tendo o próprio mercado como regulador da economia, objetivando uma maior inserção internacional.

O paradigma do Estado normal foi, por excelência, invenção da inteligência política latino-americana. Irrompeu com tamanha força, coerência e convergência regional entre os países, que nada se lhe compara em outras partes do mundo. As origens não se situam apenas no exterior, como asseveram dirigentes, intelectuais e opinião conservadora: a miragem de uma globalização benigna e as recomendações do centro do capitalismo. Uma vertente do pensamento latino-americano esteve subjacente à prevalência do estruturalismo cepalino, aflorando ao final do século XX e fornecendo a outra face da base mental do paradigma normal.

Os impactos do Estado normal sobre a formação nacional são percebidos de três maneiras, uma positiva e duas negativas. O choque da abertura despertou empresários brasileiros dos setores público e privado, acomodados que andavam ao abrigo de um protecionismo exacerbado a que havia conduzido o paradigma anterior. O mercado interno, amplo e reservado, lhes bastava antes. Com a abertura, para fazer em face à inundação de produtos estrangeiros, foram forçados a modernizar suas plantas e métodos. A resposta foi positiva e, desse modo, o choque da abertura contribuiu para elevar a produtividade sistêmica da economia brasileira – indústria, agricultura e serviços – e galgar mais um degrau rumo à modernização (CERVO, p.76 e 81, 2008).

O Brasil precisava de uma atuação mais efetiva no cenário internacional e para isso era preciso aprofundar as relações políticas e econômicas com outros países, em busca de estabelecer parcerias estratégicas, a fim de contribuir para o aumento do intercâmbio político-comercial do Brasil com o mundo, e esta seria a proposta do modelo neoliberal.

Influenciado pelo clima de mudanças em curso no sistema internacional, o governo de Fernando Collor de Mello iniciou-se, em janeiro de 1990, enaltecendo a necessidade de modernização da política externa brasileira. A modernização proposta significava, em termos gerais, que a diplomacia brasileira deveria buscar a inserção competitiva na economia mundial de forma adaptada ao contexto do pensamento neoliberal (BERCARD, p.44, 2009).

Desta forma, a política externa brasileira buscou estabelecer novas diretrizes tais como a prioridade de parcerias econômicas com EUA, União Europeia e Japão e com países da América do Sul. Com os Estados Unidos, o governo de Fernando Collor de Melo buscou estabelecer uma “agenda positiva” esforçando-se para aumentar as relações bilaterais na área de comércio, buscando cooperação tecnológica, negociação da dívida externa e investimento. Na América do Sul, o governo Collor entendia que a região seria uma grande oportunidade de negócios. A estratégia da política externa brasileira com outras regiões seguiu na busca por parcerias alternativas tais como: Europa Ocidental com países integrantes da Comunidade Económica Europeia CEE; e Europa Oriental, com a desintegração da URSS. As relações com estes novos países estabeleceram-se de forma diplomática, como por exemplo, através de envio de mensagem congratulando o Presidente da Alemanha pela unificação e reconhecendo o processo de independência das Repúblicas Estônia, Letônia e Lituânia. Com a Rússia, buscou-se a normalização das relações e acordos feitos anteriores à desintegração da URSS. Na África, as relações eram discretas e com a Ásia, principalmente com a China, o governo Collor estabeleceu como prioridade as relações comerciais apesar destas terem ficado abaixo do esperado. Em suma, na gestão Collor a política externa brasileira

concentrou os esforços em inserir o Brasil no novo cenário internacional aproximando-se das grandes potências, realizando abertura econômica do país, propondo uma nova política industrial substituindo o modelo de substituição de importações a fim de que o produto industrial brasileiro pudesse ser competitivo no mercado internacional e renegociação da dívida externa por meio de créditos internacionais.

A crise política instalada no poder executivo com denúncias graves contra Fernando Collor de Melo, primeiro presidente eleito através do voto popular direto de forma democrática após o golpe militar de 1964, levou a sua saída precoce da Presidência da República através do processo de *impeachment*, passando a ocupar seu lugar Itamar Franco em outubro de 1992.

Itamar Franco assumiu a presidência encontrando um grande desafio interno, o controle da inflação. Já na política externa procurou dar continuidade à estratégia adotada no governo anterior se aproximando das grandes potências, mas também percebeu que o momento era propenso à busca de novos mercados e novos parceiros principalmente com países do continente sul-americano, Europeu e Asiático. Na América do Sul, voltou-se para a solidificação do MERCOSUL como também propôs projetos como a “Iniciativa Amazônia” com objetivo de uma integração regional e diminuição da influência norte-americana na região.

Com o continente Europeu, as relações comerciais foram foco constante do governo brasileiro por entender que diante da nova configuração do cenário internacional era necessário ao Brasil solidificar as relações com os países europeus, por se tratarem de importantes mercados estratégicos para exportações brasileiras. E com o continente Asiático as relações bilaterais com a China e Rússia mereceram destaque. As relações Brasil-Rússia com assinatura de acordos em áreas como meio ambiente, segurança e assuntos econômicos, e Brasil-China em áreas econômica, tecnológica e científica. Todas estas ações da política externa brasileira entre 1992-1994 fez parte da estratégia traçada na busca por um espaço na nova configuração das relações internacionais pós-guerra fria. Foi o que expôs o então Ministro das Relações Exteriores Fernando Henrique Cardoso ao discursar na Câmara dos Deputados em 1993.

O Brasil deverá abrir, e não fechar opções, jogar nos diferentes tabuleiros, buscar parcerias estratégicas e parcerias localizadas, o que exige planejamento estratégico, visão de futuro e adaptação criativa. Esse esforço deverá ser inspirado pelo realismo: será preciso seguir as regras do jogo, não poderemos mudar essas regras do jogo, não poderemos ficar fora da cena. Ao mesmo tempo, deveremos perseguir os objetivos de uma ordem internacional mais justa mais democrática e mais transparente a longo prazo. Deveremos manter nossas coalizões tradicionais e procurar novas. Temos vocação

universal e portanto maior facilidade de variar nossas parcerias. Temos condições de conduzir uma diplomacia diversificada e de caráter universalista (BARRETO, TOMO I, p. 238, 2012).

Seguindo essa diretriz de política externa, o Brasil passou a ter uma melhor visibilidade participando de forma multilateral em importantes foros que tratavam de temas políticos e econômicos possibilitando inserção internacional e abrindo novas oportunidades.

Eleito Presidente da República em 1994, Fernando Henrique Cardoso ratificou o pensamento de universalização praticado pelo governo de Itamar Franco. Baseado no paradigma do estado normal que dizia que o Estado deveria atuar de forma mínima na economia e que o próprio mercado faria o papel de regulador, FHC teve a oportunidade de colocar em prática o neoliberalismo no país. No entendimento de Cervo, produziu efeitos negativos como também positivos para as relações internacionais do Brasil.

[...] o neoliberalismo produziu efeitos nocivos para as relações internacionais do Brasil, como também trouxe conquistas positivas. Entre os efeitos negativos estiveram à abertura sem contrapartida do mercado de consumo nacional, o déficit do comércio exterior, o endividamento externo, a alienação de ativos de empresas brasileiras, a submissão a consensos e conselhos do centro do capitalismo, a obediência às regras da governança global traçada pelos ricos em seu benefício, o sacrifício das relações com os países emergentes em favor do primeiro mundo, em suma, uma perda de poder do país sobre o cenário internacional. A abertura econômica, entretanto, resultou com o tempo em modernização das plantas industriais e aumento da competitividade sistêmica global da economia brasileira; o liberalismo em diminuição do Estado e a ascensão da sociedade na distribuição de responsabilidades sobre o crescimento e o desenvolvimento econômicos, bem como na ação externa (CERVO, p.491 e 492, 2010).

O processo de privatizações, a exemplo de importantes empresas como a mineradora Vale do Rio Doce, o Sistema Telebrás entre outras privatizações em cascata nos estados federados, tornou-se marca do governo. Assim como a insatisfação popular ao perceber que tal processo pouco contribuiu para a economia do país.

No âmbito internacional o governo FHC buscou ampliar a cooperação com países do MERCOSUL, da América do Norte e países do continente asiático. Em nível regional, buscou integração econômica com países integrantes do MERCOSUL, mas deixou de lado o aspecto de integração institucional que necessitava o bloco. Ao passo que procurou se aproximar de outros países da Comunidade Andina, já que na ocasião, no final de 1997, o MERCOSUL passava por crise.



Em face do aprofundamento da crise do MERCOSUL, o Brasil decidiu privilegiar a estratégia de alargamento da integração na América do Sul, buscando reaquecer as negociações entre MERCOSUL e Comunidade Andina. Em Abril de 1998, foi assinado um acordo-quadro para a criação de uma zona de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, estabelecendo negociação de um acordo de preferências tarifárias entre os dois grupos (BERCARD, p.99 e 100, 2009).

Nas relações com os Estados Unidos, voltou-se para área econômica, mas com a implantação do Plano Real, com moeda forte em relação ao dólar, a balança comercial do Brasil com Estados Unidos apresentou-se deficitária. Com a União Europeia, mostrou interesse em manter relações cooperativas com a região buscando estreitar o diálogo abrindo negociação a fim de criar uma área de livre comércio entre MERCOSUL e União Europeia, mas encontrou barreiras protecionistas por parte da União Europeia principalmente no setor agroexportador que dificultou a concretização da área de livre comércio. Tanto na Ásia quanto na África, se buscava a cooperação no campo tecnológico e científico. Portanto, a estratégia tanto de política externa quanto econômica exercida no governo FHC foi considerada segundo Becard, “uma liderança discreta” no cenário internacional, mas que contribuiu na visão de Bueno “para uma evolução do modelo brasileiro de inserção internacional na passagem do século XX para o XXI” e segundo ele foi um “ensaio do Estado Logístico” aprofundado pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 2003 tomou posse como Presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva que ao assumir o governo manteve as políticas macroeconômicas desenvolvidas por FHC, mas se mostrou contrário às privatizações, à especulação de capitais externos e ao aumento da dívida externa. Seguindo as diretrizes do Estado logístico “que não se reduz a prestar serviço, como fazia à época do desenvolvimentismo, nem a assistir passivamente às forças do mercado e do poder hegemônico”, a política externa brasileira teve uma nova postura no cenário internacional.

Lula planeja outro modo de inserção no mundo da globalização, introduzindo remédios de equilíbrio aos males da globalização assimétrica. De que modo? Reforçar o núcleo central da economia nacional, estatal ou privado, nacional ou estrangeiro; reconverter a política de comércio exterior em instrumento estratégico de desenvolvimento; conter a evasão de renda líquida nacional; enfim, promover a internacionalização da economia nacional, desde a plataforma regional. (...) Da era Cardoso para Lula, o Brasil evoluiu de uma aliança estratégica com o Ocidente, feito de subserviência decisória e de ilusão kantiana, para o universalismo de ação, feito do jogo duro e realista das relações internacionais. O Brasil de Lula molda sua política exterior pelo paradigma do Estado logístico, imitando o comportamento dos grandes (CERVO in ALTEMANI, p. 257, 2005).

Internamente buscou-se enaltecer o sentimento nacionalista na sociedade brasileira, mostrando a esta uma nova perspectiva do ponto de vista político e econômico.

Após tomar posse, o novo governo manteve as políticas macroeconômicas do governo anterior. Renovou acordos com o FMI e obteve, como por este recomendado, *superávit* primário no orçamento nos dois primeiros anos de governo, tendo ultrapassado as metas no terceiro ano. Recuperaram-se a confiança do mercado (perdida no período eleitoral), o Real e as classificações de risco em agências internacionais (BARRETO, TOMO II, p.15, 2012).

No que se refere à estratégia de política externa se observou dois momentos: Primeiro, o governo Lula, através do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, declarou o interesse do governo brasileiro em expandir relações de cooperação com diversos países. Reforçou a importância do regime democrático para o sistema internacional, mostrou a importância do Brasil como potência regional fazendo menção como um país continental e apresentou através de seu histórico diplomático que o Brasil era um país pacifista que também buscava promover a paz com seus vizinhos ou com países que mantinham com o Itamaraty algum tipo de relação. E segundo, ao fim do quarto ano do governo Lula, Celso Amorim voltou a reafirmar que a estratégia da política externa brasileira estava focada em aumentar as relações do Brasil com o mundo e que esta postura teria contribuído com a ideia de percepção de poder que os países tinham em relação ao Brasil.

## 2 Brasil e a Percepção de Poder

A tradicional “hierarquia internacional que divide os Estados em quatro categorias de poder: superpotência, grande potência, potência média e potência pequena”, contribuiu para alimentar os debates sobre o uso do *hard power* e do *soft power*. E que no entendimento de Gratius, a partir da categoria em que o Estado se enquadra, determinou qual a forma de poder a ser usado pelos Estados.

Poder-se-ia dizer que, no geral, as grandes potências preferem usar o *hard power* e as médias o *soft power*. Enquanto as principais ferramentas daquele são medidas coercivas, intervenções militares e sanções econômicas; os meios deste são muito mais complexos. Segundo Joseph Nye, os alicerces do *soft power* são a cultura, os valores, o poder de atração (atratividade) e a política externa. Posto que agem através da persuasão e cooperação com outros Estados, os *soft powers* tendem a agir dentro dos quadros de instituições regionais ou foros internacionais, criando alianças entre Estados. Exemplos disso são o Grupo dos 20 e o foro de diálogo IBAS, ambos criados pelo Brasil no intuito de aumentar sua influência, e de outros, no sistema internacional (GRATIUS, p.4,2007).

Posto esta hierarquia dos Estados, em que categoria se enquadra o Brasil? Considerando características específicas como recursos naturais, matérias e geográficos, aliados a um poder de influência no sistema internacional, o Brasil reúne características de potência média como verificamos a seguir.

Segundo Holbraad, uma potência média pode:

- 1) Ocupar uma posição intermediária na hierarquia internacional de Estados, criando certo equilíbrio sistêmico mediante manutenção da paz e segurança;
- 2) Estar situada no centro de uma região e servir de mediadora ou força de aproximação entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos;
- 3) Estar situada entre dois grandes centros antagônicos entre si, servindo nesse caso de mediadora;
- 4) Estar situada entre diferentes civilizações e promover o entendimento entre elas.

Assim, uma potência média pode assumir diferentes funções:

- 1) Contribuir com a prevenção de conflitos e manutenção da paz, incluindo participação em missões de paz da ONU;
- 2) Assumir papel ativo e forte comprometimento com o multilateralismo internacional e regional;
- 3) Respeitar as normas e regras internacionais e participar ativamente em sua formulação;
- 4) Exercer papel de mediador e pacificador em situações de conflito dentro e fora de sua região;
- 5) Dispor de notável influência em assuntos pontuais (paz, comércio, meio-ambiente, redução da pobreza etc.) da agenda internacional, tendo a

capacidade de pautar estes temas em foros multilaterais (agenda setting) (GRATIUS, p.5, 2007).

Ao analisar a atuação do Brasil nesta hierarquia internacional de Estados, compreendemos melhor a estratégia da política externa entre os anos de 2003 e 2010, que esteve direcionada ao esforço em solidificar o *status* de potência regional, preservar o diálogo em resoluções de conflitos, buscar novos parceiros nas relações exteriores por meio da cooperação, como também buscar incessantemente mudanças importantes em instituições internacionais a fim de que estas sejam mais democráticas, englobando países que hoje não têm poder de voto e veto, no caso do Conselho de Segurança da ONU. Tais ações da política externa brasileira contribuíram para solidificar a imagem do país como uma potência média, colocando-o entre os países emergentes que apresentam grau relevante de poder no sistema internacional.

De acordo com a opinião do secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, o Brasil não será eternamente uma potência média. Para ultrapassar a sua situação de país em desenvolvimento e alcançar o *status* de grande potência, dotada de 250 milhões de habitantes, grande potencial agrícola e energético e elevado desenvolvimento científico e tecnológico, o governo acreditou ser necessário participar de forma ativa e constante dos grandes centros decisórios do sistema internacional. Assim, o Brasil colocou-se como objetivo estratégico primordial ocupar um acento permanente no Conselho de Segurança da ONU. A razão para se insistir em tal objetivo, de acordo com o secretário-geral, é que “é lá que se decide quem será atingido pela força ou não”. Interessava ao Brasil diminuir sua vulnerabilidade externa por meio da participação direta nas decisões tomadas no seio do Conselho de Segurança da ONU (BECARD, p. 136, 2009).

Outro aspecto que contribuiu para o Brasil ganhar *status* entre os emergentes foi seu poder de irradiar influência entre seus vizinhos (através de relações de cooperação ou em bloco) em prol do desenvolvimento econômico, político e social da América do Sul, visão estratégica do governo brasileiro com objetivo de manter a região sob sua influência.

Mais que uma realidade geográfica, América do Sul é um projeto geopolítico, ou invento brasileiro que demonstra a capacidade do Brasil de criar seu próprio âmbito de influência. Nesse sentido, o Brasil não só “aspira à liderança regional” e tem “influência política e geoestratégica na construção regional”, mas também tenta criar uma identidade regional própria (GRATIUS, p.7,2007).

Além do mais, o poder de influência que hoje o Brasil exerce entre seus vizinhos, se deu através de uma trajetória diplomática ao longo do tempo que mudou o foco de questões fronteiriças para priorizar as relações pacíficas entre os países sul-

americanos. E que segundo Lafer contribuiu na própria “construção da identidade internacional brasileira”.

A visão do mundo e do papel do Brasil nas relações internacionais é fruto das circunstâncias históricas que foram definindo nossa identidade internacional [...] Neste processo, certos valores foram se afirmando. Entre eles o da autonomia possível para uma potência média de escala continental situada na América do Sul. Este valor, com seus desdobramentos, passou a integrar o mapa da ação diplomática brasileira (LAFER, p.114, 2007).

Desta forma, o Brasil ao reunir todas estas características de uma potência média conseguiu exercer influência a nível regional como também conseguiu ganhar reconhecimento internacional.

Uma questão relevante, e na qual existe razoável variação entre os emergentes é até que ponto o reconhecimento global depende do regional. Para alguns autores, a legitimidade e o reconhecimento no plano regional é imprescindível para alcançar projeção internacional, uma vez que as potências tendem a valorizar a contribuição dos emergentes para a estabilidade regional (BAUMANN, p. 155, 2010).

## **2.1 Governo Lula, abertura de novos horizontes: acordos bilaterais, multilaterais e criação de foros para cooperação internacional**

A política externa brasileira no governo Lula inseriu-se mais pró-ativamente na valorização das práticas de cooperação, seguindo a nova agenda internacional, que trouxe consigo a necessidade de criação de fóruns de debates com temas relevantes como desenvolvimento sustentável, alternativas para crises financeiras recorrentes além de vários outros assuntos pertinentes na atual conjuntura internacional.

Diante deste cenário, o governo brasileiro esteve presente em diversos países atuando por meio de visitas multilaterais participando de diversas reuniões como: foros comerciais referentes à OMC e Rodada Doha, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), reuniões com chanceleres do MERCOSUL e países integrantes da Comunidade Andina, participação de reunião especial no conselho de segurança da ONU sobre o Haiti, participação de reunião ministerial como as do G20, G8, G5<sup>1</sup> sobre

---

<sup>1</sup> G 20 – Grupo das 20 maiores economias do mundo e outros importantes polos – países membros: África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Filipinas, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela, e Zimbábue. G 8 – Grupo dos países mais industrializados do mundo mais a Rússia – países membros: Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia. G 5 – países membros: Brasil, México, Índia, África do Sul e China.

as negociações na OMC, na 60ª Assembleia Geral da ONU para metas do milênio, reuniões com o fórum trilateral Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) , presença no Fórum Econômico Mundial em Davos, participação da Conferência Ministerial sobre Fontes Inovadoras de Financiamento ao Desenvolvimento no âmbito de ação contra fome e a pobreza realizada em Paris, cúpula MERCOSUL-União Europeia, encontro ministerial com países integrantes da comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP), reunião com agrupamento de países emergentes Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), participação na Conferência sobre Segurança Alimentar e Agrícola (FAO), entre outras.

Todos esses dados estão contidos no relatório de visitas nacionais e internacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil no período entre 2003 a 2010, mostrando o aumento da presença do Brasil em reuniões importantes com diversos países para discutir assuntos de cunho político e econômico de interesse mútuo.

Tabela 1: Resumo estatístico das visitas internacionais e nacionais do Sr. Ministro das Exteriores (2003-2010)

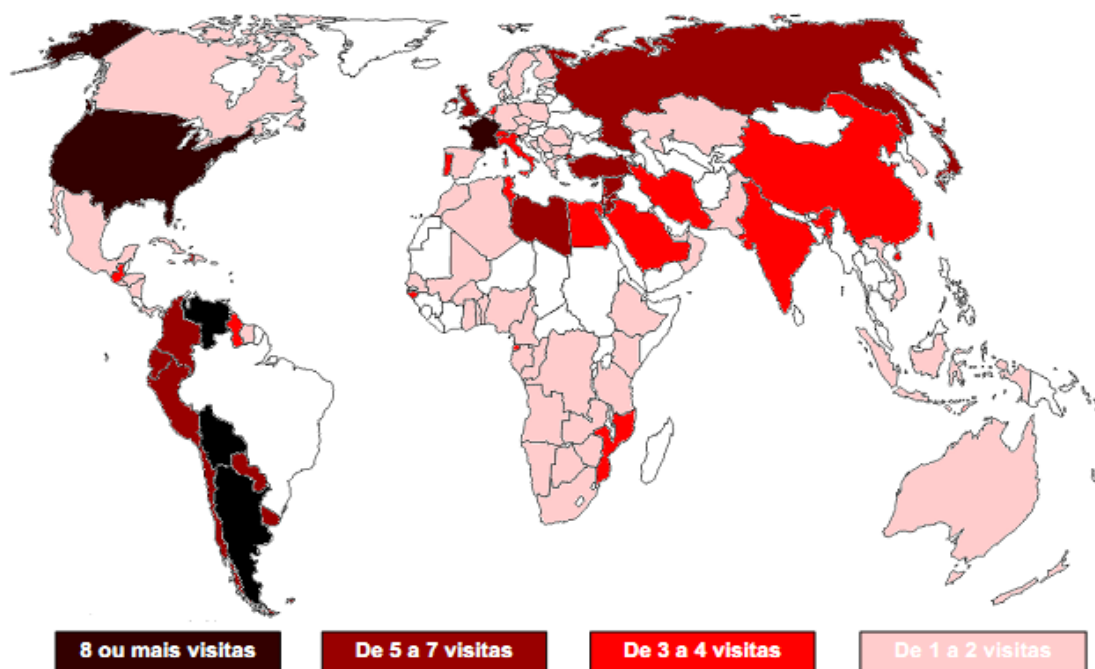
<b>RESUMO ESTATÍSTICO SR ME 2003-2010</b>									
<b>VISITAS POR DESTINO</b>									
	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>Total</b>
<i>Nacionais</i>	7	24	10	11	8	14	20	24	<b>118</b>
<i>Multilaterais</i>	28	26	33	26	30	20	27	21	<b>211</b>
América do Sul	9	7	11	10	5	6	10	7	<b>65</b>
América Central e Caribe	0	5	5	1	6	5	1	2	<b>25</b>
América do Norte	0	0	1	0	6	2	3	2	<b>14</b>
Europa	11	2	6	4	9	10	13	15	<b>70</b>
África	14	1	15	3	3	9	13	9	<b>67</b>
Ásia	0	3	3	0	4	10	3	2	<b>25</b>
Oriente Médio	5	0	8	1	0	6	6	7	<b>33</b>
Oceania	0	0	0	0	0	2	0	0	<b>2</b>
<b>Total de visitas</b>	<b>74</b>	<b>68</b>	<b>92</b>	<b>56</b>	<b>71</b>	<b>84</b>	<b>96</b>	<b>89</b>	<b>630</b>

Fonte: Ministério das Relações Exteriores - Secretária de Planejamento Diplomático – Brasília, 2011.

Com os dados da tabela 1, observa-se o quanto foi expressiva a presença do Brasil no mundo. Na região asiática entre 2003-2006 foram poucas visitas realizadas na região, já a partir de 2007-2009 estas visitas tornaram-se bastante intensas chegando a dez visitas anuais, mostrando o aumento de interesse do Brasil pela região. Com a América Central/Caribe, as visitas se mantiveram pouco expressivas. Na América do Sul, as visitas bilaterais apresentaram-se irregulares, pois, entre 2003-2005 estiveram

entre nove a onze apresentando queda em 2004 com sete visitas. A partir de 2006, houve redução chegando a cinco visitas no ano de 2007, o que mostra que o Brasil passou a buscar novos parceiros em outras regiões, contudo, não deixou de preservar seu poder de influência na América. Na América do Norte, o aumento das visitas só veio acontecer em 2006-2007, chegando a seis visitas e logo em seguida no ano de 2008 diminuiu ficando duas e três visitas até 2010. Com a África houve grande queda saindo de quatorze visitas em 2003 para menos de duas visitas em 2004, retomando o aumento em 2005 com pouco mais de quatorze visitas, voltando a cair em 2006 e entre 2007-2009 houve aumento progressivo chegando acima de doze visitas em 2009, finalizando 2010 em torno de nove visitas. Já com o Oriente Médio se manteve irregular até 2006, variando entre cinco visitas em 2003, nenhuma em 2004, oito em 2005, apenas uma em 2006. A partir de 2007, as visitas bilaterais a países do Oriente Médio voltaram a acontecer com mais frequência chegando a seis visitas, permanecendo em 2009 e em 2010 chegando a sete visitas. Por fim, na Europa em determinados momentos com significativos números de visitas e em outros poucos números, é o que mostra 2003 quando foi realizado acima de dez visitas, 2004 caiu para duas visitas, 2005 apresentou aumento, mas a partir de 2007 intensificaram-se as visitas ficando acima de oito anuais, chegando em 2010 em torno de quinze visitas.

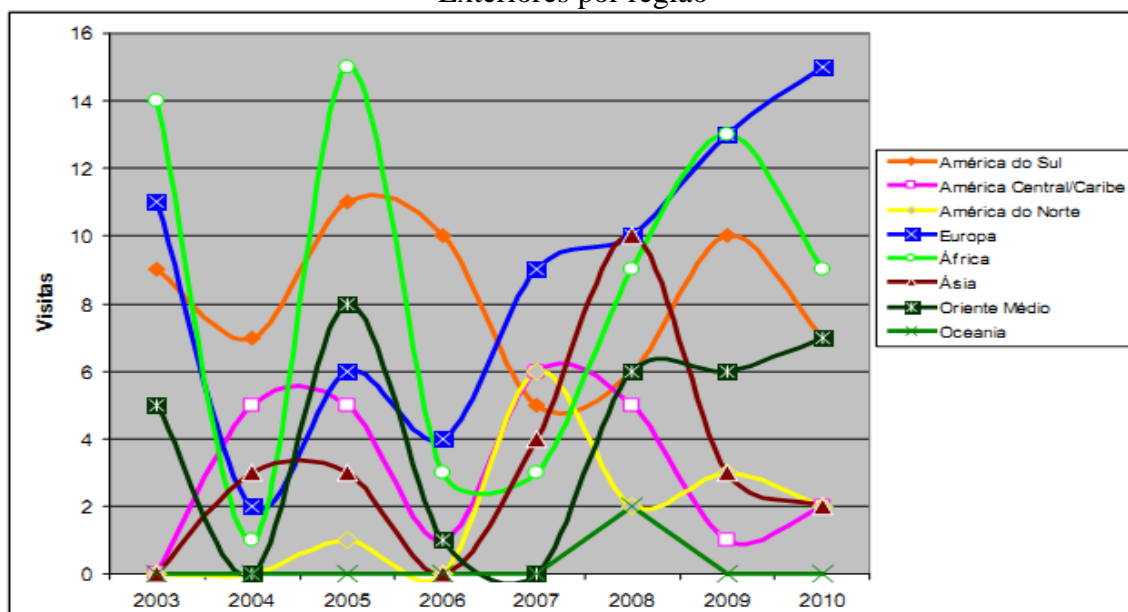
Mapa 1: Países e territórios visitados bilateralmente pelo Sr. Ministro das Relações Exteriores (2003-2010)



Fonte: Ministério das Relações Exteriores - Secretária de Planejamento Diplomático – Brasília, 2011.

Há de se perceber também as visitas bilaterais do Brasil no mesmo período. Verificando sua intensidade, como mostra o Mapa 1, fica mais evidente o interesse brasileiro em algumas regiões, em detrimento de outras, como, por exemplo, a América do Sul, a Europa e o Oriente Médio.

Gráfico 1: Evolução das visitas internacionais bilaterais do Ministro das Relações Exteriores por região



Fonte: Ministério das Relações Exteriores – Secretária de Planejamento Diplomático – Brasília, 2011.

Portanto observa-se que o Brasil aumenta significativamente sua presença em áreas até então inexploradas, ou pelo menos marginalizadas, pela sua própria política externa. A presença do Brasil em diversas regiões do globo, por meio de relações bilaterais, acabou reforçando a estratégia de política externa brasileira, a partir de 2003. Estava inaugurada uma nova era nas relações internacionais brasileiras.

### 2.1.1 Na América

A atuação da política externa brasileira na América se concentrou principalmente na América do Sul, seguido da América Latina e Caribe e por fim o restante do continente, incluindo EUA e Canadá. Na América do Sul a política externa brasileira esteve voltada para unificação comercial da região tendo como base o livre-



comércio e projetos de infraestrutura. Para tanto, o Brasil procurou trazer para si a responsabilidade de levar desenvolvimento aos países daquela região.

A ênfase na integração física prosseguia e, em dezembro, o Presidente Lula afirmou que nada menos que 43 projetos estavam em andamento na América do Sul desde 2003, por meio de parcerias entre governos, empresas privadas e organismos financeiros regionais. Declarou que somente os financiamentos e garantias já então aprovados pelo Brasil correspondiam a mais de US\$ 2 bilhões. Em maio de 2006, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, o Ministro Amorim reconheceu que a integração sul-americana era um aprofundamento de outras políticas que haviam sido seguidas antes e que haviam se inspirado em um preceito constitucional (BARRETO, TOMO II, p.24, 2012).

Trazendo essa responsabilidade para si o Brasil conseguiu ampliar seu poder de influência na América do Sul como também aumentou as relações comerciais com seus vizinhos, o que demonstrou a busca do Brasil por relações comerciais alternativas.

Ao longo de 2007, os fluxos de comércio do Brasil com a América do Sul, conforme palavras de Celso Amorim em agosto, cresceram “de forma surpreendente”, com destaque para as exportações brasileiras para Venezuela, Colômbia e Peru. A política brasileira com relação à América do Sul foi resumida por Celso Amorim em discurso no mês de agosto:

“Caminhamos no sentido de afirmar os valores da democracia, do Estado de Direito e do respeito aos direitos humanos. O Brasil respeita as escolhas de seus vizinhos e não interfere no direito soberano de cada país de encontrar soluções para os problemas que enfrenta. Está, do mesmo modo, disposto a colaborar para ajudar países amigos em situações de crise política ou social, sempre que chamado e na medida de suas possibilidades.”

Para continuar a justificar a prioridade sul-americana, durante conferência que pronunciou em abril de 2008, o Ministro ressaltou que os países sul-americanos haviam comprado 20% das exportações brasileiras, mais do que os EUA, que haviam absorvido 16%. Afirmou que a integração sul-americana criava um “centro de gravitação alternativo” ao que sempre existira no Norte (BARRETO, TOMO II, p.25 e 26, 2012).

Também é preciso levar em consideração o fortalecimento da economia brasileira que alcançou resultados positivos com aumento do PIB e expressivo aumento das relações comerciais do Brasil como o resto do continente, a pesar da crise de 2008.

Pelo lado econômico, o diferencial entre o Brasil e o resto do continente também está crescendo e deve ficar ainda maior depois da crise econômica de 2008. Em 2001, o produto interno brasileiro foi de 554.441 milhões de dólares, a preços constantes, segundo o **World Economic Outlook**, do FMI, e era inferior à soma do produto dos demais países sul-americanos, de cerca de US\$ 642 milhões, segundo o FMI. Oito anos depois, essa relação mudou radicalmente: o PIB brasileiro cresceu e alcançou a casa dos 1.729.000 milhões de dólares, a preços constantes, mais que o dobro da soma do produto de todos os demais países sul-americanos que chegou a cerca de 1.350 milhões de dólares. Nesse mesmo período, a economia brasileira

obteve superávits comerciais expressivos e crescentes, com todos os países da região – com exceção da Bolívia –, paralelos ao aumento dos investimentos privados que estão progredindo de forma constante, em quase toda a região (FIORI, p.19, 2011).

Na América Latina e Caribe, o Brasil mostrou estar empenhado em diversificar as parcerias, intensificando os contatos e mantendo um relacionamento mutuamente proveitoso com os países da região. Para tanto, o Brasil buscou estabelecer diálogos entre os países, promovendo e participando de reuniões, e propondo soluções alternativas para problemas recorrentes, a exemplo de questões como o combate ao narcotráfico na Colômbia, a defesa pela não intervenção militar, crise econômica na Argentina, instabilidade política na Bolívia, tensões diplomáticas entre Equador, Venezuela, Nicarágua e Colômbia, e a crise política no Equador.

Na América Central o governo brasileiro buscou ampliar as relações bilaterais e de cooperação com países a região, com destaque para parceria BNDES e Banco Centro-Americano de Integração Econômica que ofereceram financiamento através de linhas de crédito a serem investidos em empreendimentos na região onde já havia algumas empresas brasileiras. Em Honduras, o governo brasileiro em 2005 demonstrou interesse em iniciar negociações de Acordo de Livre-Comércio entre o Mercosul e a União Aduaneira do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e em 2007 com o avanço das negociações foram firmados alguns acordos em áreas estratégicas para o governo brasileiro.

O Presidente Lula realizou, em agosto de 2007, visita de Estado a Honduras, durante a qual foram firmados acordos na área de biocombustíveis, consultas políticas, cooperação entre academias diplomáticas, assistência jurídica mútua em matéria penal, agricultura (produção agropecuária), recursos hídricos e saúde pública (bancos de leite humano). Acordou-se também que o governo brasileiro instituiria Leitorado de Português na Universidade Nacional Autônoma de Honduras (UNAH) (BARRETO, TOMO II, p.95 e 96, 2012).

No entanto uma crise política e logo após um golpe militar forçou a saída de Manuel Zelaya da presidência hondurenha, fez com que o governo brasileiro através do Itamaraty declarasse por nota a imprensa a suspensão temporária do acordo sobre emissão de vistos em passaportes de diplomatas ou em passaportes comuns, assinados por Brasil e Honduras. Essa decisão do governo brasileiro se baseou na resolução da OEA e ONU no sentido de não reconhecer o governo instituído por meio do golpe militar e promover a reinstalação ao poder do Presidente José Manuel Zelaya. Tal

episódio mostrou que Brasil além do empenhado em promover uma integração econômica com a região também buscava levar, através de ações diplomáticas, solução para a crise política instalada naquele país. Outro país que se observou uma maior atuação do governo brasileiro foi o Haiti. Naquele país o Brasil atua na liderança de uma força de paz, promovendo ajuda humanitária política e miliar em prol da reconstrução do país destruído em virtude do terremoto do início de 2010. Nos demais países, Guatemala, Nicarágua, Belize, El Salvador, Costa Rica, Panamá, Cuba, Barbados, Trinidad e Tobago, República Dominicana, Jamaica, Bahamas, Santa Lúcia, Granada, Antígua e Barbuda, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas e Dominica a estratégia do governo brasileiro também seguiu a agenda de negociações comerciais, cooperação internacional e combate à pobreza.

Por fim o México, 5º maior mercado das exportações brasileiras, o fluxo do comércio entre os dois países passou a ter uma evolução positiva alcançando a soma de US\$ 3,2 bilhões em 2003, por isso foi considerado importante parceiro comercial do Brasil. No tocante a acordos estabelecidos entre México e Brasil em 2004, foi acordada a assinatura de um acordo de cooperação para combate ao tráfico ilícito de migrantes como também negociações para um acordo de Livre-Comércio entre os países do MERCOSUL.

Na América do Norte o governo Lula não poderia deixar de dar devida importância às relações comerciais e diplomáticas com a região, principalmente com os Estados Unidos, grande potência mundial que ao longo da história das relações político-econômica com o Brasil foi o diferencial, principalmente para relações comerciais brasileiras. A estratégia da política externa brasileira entre 2003 a 2010 como os EUA se deu de forma coerente e madura, no entanto não impediu que houvesse atritos em alguns assuntos.

O primeiro semestre do governo Lula seria marcado por alguns atritos ou fricções com o governo ou outras entidades dos EUA as quais se desenvolveram quanto às seguintes questões: (a) a utilização da base de Alcântara; (b) atuação do correspondente do jornal *The New York Times*; (c) atividades na Tríplice Fronteira; (d) a vinculação entre o TPI e a assistência militar; e (d) reciprocidade de vistos e tratamento de passageiros. Ao longo do governo Lula, desenvolver-se-iam também diversos diferendos comerciais: (a) aplicação de ações *antidumping* pelos EUA (Emenda Byrd); (b) subsídios para o algodão; (c) a imposição de salvaguardas a produtos siderúrgicos; (d) direitos autorais e SGP; (e) medidas *antidumping* a suco de laranja; (f) veto dos EUA a venda realizada pela EMBRAER; e (g) subsídios agrícolas (BARRETO, TOMO II, p.144, 2012).

Contudo, apesar das divergências em alguns aspectos políticos e comerciais o governo brasileiro continuou a reconhecer as relações estabelecidas com o governo norte-americano como estratégicas e de grande importância.

### **2.1.2 Europa**

A União Europeia tem enorme peso na economia mundial e por esse motivo o governo brasileiro procurou aprofundar as relações políticas e comerciais com a região, parceria estratégica importante, concretizada em julho de 2007, com a primeira cúpula Brasil-União Europeia. A declaração oriunda de esse primeiro encontro demonstrou ser uma parceria visionária com potencial político-econômico ascendente que permitiu reforçar o canal de diálogo do Brasil com a União Europeia.

As relações do Brasil com a Europa mantinham-se muito importantes, mas continuavam a enfrentar a questão dos subsídios agrícolas. Em 26 de junho, o governo brasileiro emitiu nota em que informou ter tomado conhecimento de que os Ministros da Agricultura dos Estados-membros da UE haviam decidido, naquela data, introduzir reformas na Política Agrícola Comum (PAC) com objetivo de reduzir os níveis de subsídios concedidos aos seus agricultores. Ressaltou que o protecionismo agrícola europeu e os subsídios bilionários com que a Europa sustentava sua agricultura constituíam um dos fatores mais distorcivos do comércio agrícola mundial, com graves prejuízos para países exportadores competitivos, como o Brasil (BARRETO, TOMO II, p.171 e 172, 2012).

Com diversos temas de interesse mútuo, as agendas bilaterais e internacionais convergiram em aspectos como educação, ciência, tecnologia, comércio, meio ambiente, entre outras. Entretanto, a principal dificuldade que o Brasil continuava a enfrentar era os entraves comerciais oriundos dos subsídios agrícolas que dificultavam a exportação dos produtos brasileiros para a Europa. Portanto, ciente dessa realidade, o governo brasileiro procurou defender a diminuição dos subsídios agrícolas da União Europeia junto a OMC, com destaque para os produtos: açúcar, banana, frango, pneus e carne.

### **2.1.3 África**

As relações estabelecidas com o continente africano receberam importante atenção do governo brasileiro entre os anos de 2003 a 2010, com esforços na promoção de uma relação de cooperação com a região. As relações estabelecidas com a África eram de grande importância para Brasil. No campo estratégico é uma região de muitos recursos minerais onde o Brasil poderia atuar de forma a promover o desenvolvimento para os africanos estabelecendo uma parceria de que também se beneficiasse. E o mais interessante para o governo brasileiro era o grande mercado consumidor africano absorvendo produtos brasileiros. Por essas razões, o governo Lula procurou estabelecer forte aproximação com países do continente africano, basta observar a quantidade de viagens\* feitas pelo chefe de estado brasileiro para a região, assim como também a representação diplomática do governo brasileiro no continente africano foi significativamente aumentada chegando a 33 embaixadas em 2006.

Sendo assim, graças aos esforços do governo brasileiro foi possível estabelecer parcerias com vários países africanos com acordos de cooperação em diversas áreas como ciência, tecnologia, educação, defesa, energia e saúde.

### **2.1.4 Oriente Médio**

Nesta região, o Brasil procurou aprofundar as relações bilaterais com vários países. Para tanto, estabeleceu maior contato com os países árabes como a Liga dos Estados Árabes, o Conselho de Cooperação do Golfo e a União do Magrebe Árabe. Com relação os conflitos presentes naquela região, o governo brasileiro se pronunciou em favor ao uso do diálogo para encontrar uma solução pacífica para os problemas da região. Contudo, apesar da complexidade política que o Oriente Médio apresenta, o governo brasileiro conseguiu ampliar sua presença na região com abertura de seis postos com três embaixadas em Omã, Chipre e Catar, e três consulados na Turquia, Palestina e Líbano.

---

\* Essa quantidade de viagens já está pormenorizada neste trabalho na tabela 1, ficando atrás apenas da Europa e a frente da América Latina. Esses números mostram a fundamental importância da África para o governo brasileiro no período de 2003 a 2010.

## 2.1.5 Ásia

Nesta região o governo brasileiro conseguiu estabelecer importantes parceiros comerciais, entre os quais estão China, Japão e Índia.

A China porque estabelece como o Brasil cooperação em diversas áreas na qual podemos citar a aeroespacial com parceiras em fabricação de aviões de uso comercial e em projetos mais avançados como lançamento de satélites; na área farmacêutica com compartilhamento das experiências brasileiras no combate a AIDS junto a capacidade chinesa na produção de medicamentos genéricos no combate desta doença; no intercâmbio de conhecimentos nas áreas de ciência e tecnologia; e na área da agroindústria sendo a China importante mercado consumidor dos produtos primários e minerais brasileiros.

O Japão por representar um parceiro tradicional nas relações bilaterais tanto no âmbito comercial quanto diplomático. O Brasil possui grande representação da comunidade nipônica em seu território e isso (argumento) foi usado pelo governo Lula para enaltecer a relação com o Japão em busca de intensificar as relações bilaterais, para isso procurou reforçar os laços de cooperação nas áreas de saúde, educação, ciência e tecnologia.

A Índia é uma alternativa do governo brasileiro para diversificar seus parceiros e ampliar relações com grandes países em desenvolvimento. Com a Índia foi possível estabelecer cooperação bilateral em setores de informação, energético, farmacêutico, ciência e tecnologia com programas conjuntos de pesquisa no campo de biotecnologia de informação técnicas ao HIV/AIDS e doenças tropicais, e nas áreas de combate ao analfabetismo e a fome e redução da pobreza.

Contudo a atuação da política externa brasileira no governo Lula não se focou apenas para relações estabelecidas com estes países, procurando também estabelecer contatos multilaterais com países da Ásia central e na Ásia ocidental onde promoveu a abertura de embaixadas , o que chamou atenção para o aumento da representatividade diplomática do Brasil na Ásia de forma geral.

Durante o governo Lula, seriam abertas ou reabertos dez postos diplomáticos ou consulares na Ásia: as embaixadas em Colombo (Sri Lanka), Daca (Bangladesh), Pionguianche (Coreia do Norte) e Yangon (Mianmar); e os Consulados em Cantão (China), Hamamatsu (Japão) e Mumbai (Índia). A esses sete postos, somar-se-iam três embaixadas na Ásia Central e Ocidental:

Portanto, tais dados mostram o esforço do governo brasileiro em se fazer presente em diversos países asiáticos na busca por ampliar as relações diplomáticas e comerciais na região. Esse esforço mostra a vontade do governo brasileiro de estar representado em diversas áreas do globo.

## **2.2 Parcerias Alternativas**

Baseando-se nas práticas do multilateralismo da reciprocidade, o Brasil buscou o livre comércio onde este fosse acompanhado pela reciprocidade entre as nações. Neste contexto, os países emergentes procuraram mostrar que haviam conquistado espaço nas relações internacionais, tendo uma maior participação nas principais instituições como, OMC e ONU. Sobre questões referentes à OMC o governo brasileiro procurou demonstrar que no atual cenário internacional não havia mais espaço para economias isolacionistas ou protecionistas. E em resposta à política retrógrada praticada na OMC, criou-se o G20 composto por países emergentes que queriam fazer valer suas opiniões e que as políticas estabelecidas no seio da OMC contemplassem não só os países desenvolvidos, mas também os emergentes.

Os esforços por mudanças apresentados internacionalmente pelo governo brasileiro não se concentrou apenas no campo econômico, mas também no político com a busca de apoio de outros países por mudanças no Conselho de Segurança da ONU, formando assim o grupo do G4 (Brasil, Índia, Alemanha e Japão), países emergentes e desenvolvidos que almejam integrar o conselho como membros permanentes.

Portanto, o Brasil definia sua posição de país emergente de relevante poder em instituições internacionais e se aproximava dos países do hemisfério Sul objetivando parceiros alternativos. Esse comportamento também pode ser entendido, segundo Corrêa, como forma de cooperação na “modalidade sul-sul”, promovendo o processo de inserção internacional. Sendo assim, o Brasil ao procurar ampliar seus parceiros internacionais se faz presente em mecanismos inter-regional como Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) , Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), Cúpula América do Sul – África (ASA) , Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste

(FOCALAL) , Cúpula América Latina, Caribe e União Europeia, onde se insere exercendo poder de influência. Entre esses mecanismos direcionaremos nosso estudo a partir de agora no BRIC analisando sua criação, a importância desse grupo no sistema internacional e como se insere o Brasil no grupo.

### **2.3 O BRIC, a criação do Acrônimo**

A ideia BRIC surgiu em 2001, pelo economista Jim O'Neill do Banco de investimentos americano Goldman Sachs, que por meio da apresentação de um relatório intitulado *Building Better Global Economic BRICs* mostrava o desempenho das economias dos países emergentes, Brasil, Rússia, Índia e China e tinha como objetivo mostrar aos clientes do banco a importância desses mercados em uma projeção futura de investimentos. O conteúdo do relatório trazia informações sobre o crescimento das economias destes países nos últimos anos e fazia uma projeção de desenvolvimento destes países para dez anos a frente, procurando mostrar que investir no Brasil, Rússia, Índia e China a médio e longo prazo seria interessante, haja vista a perspectiva de crescimento destas economias. Dois anos mais tarde o Goldman Sachs publicou um segundo relatório denominado *Dreaming with BRICs: The Path to 2050*, onde fazia uma projeção do crescimento do PIB destes países até 2050, levando em consideração o ritmo de crescimento nos últimos anos e o tamanho da população destes países. Além do mais, o BRIC, segundo o Goldman Sachs, passou a ter importante papel para atual conjuntura internacional.

O Goldman Sachs afirmou, na ocasião, que Brasil, Rússia, Índia e China se tornariam responsáveis pela transformação da economia mundial, com impactos profundos e abrangentes, uma vez que estes países viriam a ter um papel central no desenvolvimento econômico global. A instituição ressaltou que isso se daria porque os BRICs possuíam potencial objetivo para se tornarem peças-chave no cenário político-econômico mundial, bem como reuniam as condições políticas subjetivas para desenvolver os processos necessários para que isso aconteça (VISENTINI, p.149 e 150, 2011).

Diante do que já se inferia sobre estes países, de como exerciam sua influência nas relações internacionais e em decorrência das mudanças que ocorriam em escala global nas áreas política, econômica e social, o BRIC é entendido como países que possuem potencial para provocar alteração do *statu quo* econômico a nível mundial



por apresentarem importante expansão econômica comparada aos países desenvolvidos. Assim sendo, o BRIC surgiu no cenário internacional não como um bloco institucionalizado, mas como fórum ou um mecanismo que foi utilizado por seus integrantes para estabelecer uma relação mais intensa e articulada de cooperação político-econômica, e embora não tenha um caráter formal, este agrupamento se constituiu através da vontade política dos seus integrantes.

Os BRICS, talvez, correspondam, até certo ponto, a um grupo ou plataforma dos emergentes que surge frente ao espaço ocupado pelo G7 no mundo desenvolvido. Assim, os BRICS podem ser considerados essencialmente um fórum no qual se reúnem os grandes emergentes, os países dinâmicos do mundo, os que foram pouco atingidos pela grande crise de 2008, que se prolonga na Europa e nos EUA até hoje (a exceção seria a Rússia, duramente alcançada pela crise). Esse fórum não pode ser considerado, conforme lembrou, um instrumento de união comercial ou mesmo de cooperação econômica. Talvez corresponda a um mecanismo de diálogo político ou a um local de debate sobre reformas da ordem mundial (PIMENTEL, p.109, 2013).

Conforme se analisava sobre estes países, reunir os Chefes de Estado para dialogar em conjunto foi uma consequência concretizada em setembro de 2006 com a I Cúpula do BRIC, organizada às margens da 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas, quando foi possível discutir interesses em comum a todos, não só no âmbito econômico, mas, também no político.

Em abril de 2010 foi realizada a II Cúpula do BRIC em Brasília, onde foi dado um passo em direção à institucionalização vertical com a reunião no nível de Chefes de Estado/Governos, estes entendendo que diante das mudanças que ocorriam em escala global nas mais diversas áreas, era preciso apoiar uma ordem mundial multilateral equiparável e democrática, preservando o direito internacional e o respeito mútuo. Sendo assim, naquela Cúpula foi possível estabelecer um discurso mais harmônico em assuntos como: a regulamentação financeira, a fim de se evitar que crises como a de 2008 não se tornassem recorrentes no sistema financeiro internacional; um comércio internacional equitativo, sem privilégios ou políticas protecionistas; processo de desenvolvimento; combate a pobreza, por meio da cooperação técnica e financeira a fim prover o desenvolvimento social sustentável; acesso a energia, reconhecendo que o domínio desse recurso proporciona um avanço na qualidade de vida dos povos e contribui para o crescimento econômico dos países; mudanças climáticas, reconhecendo o assunto como grave, com a necessidade de políticas de amplitude global no combate; terrorismo, repudiando e combatendo todas suas formas; alianças das Civilizações,

reconhecendo a importância em se manter o diálogo; e sobre o Haiti, mostrando solidariedade prestando ajuda para a recuperação política e econômica daquele país.

Na III Cúpula, esta realizada em Sanya, na China, em abril de 2011, houve a entrada do quinto país ao grupo, a África do Sul, demonstrando abrangência de grupo constituído por países de continentes diferentes, mas, com similaridades que interagem entre si. Além disso, os avanços, no que tange à manutenção do diálogo e ao acréscimo de temas pertinentes à agenda global prosseguiram, a exemplo da crise financeira de 2008, em que se colocou em discussão uma reforma adequada no sistema monetário e financeiro internacional a fim de trazer uma maior estabilidade ao sistema.

As reuniões seguintes, a IV Cúpula realizada em Nova Delhi, em março de 2012 e mais recentemente a V Cúpula realizada em Durban, em março de 2013, prosseguiram nas discussões realizadas nas cúpulas anteriores contribuindo para o aumento da credibilidade do BRIC e conseqüentemente a influência do grupo no sistema internacional.

### 3 O BRIC no atual sistema internacional

O BRIC atua como fórum de cooperação político-econômico, e têm inserido em suas pautas de discursões temas relevantes sobre a necessidade de mudança em instituições internacionais, preservação e defesa da paz, combate à desigualdade social e atenção para área do desenvolvimento em ciência e tecnologia, o que tem levado ao grupo *status* e poder de influência na nova configuração do sistema internacional.

É bem verdade que os quatro países possuem aspectos políticos, econômicos e sociais distintos o que, em certa medida, pode dificultar o entendimento destes como grupo, como proposto. Vejamos um breve olhar sobre cada um deles.

A China, entre os quatro, é o único considerado uma potência mundial, superpotência detentora do poder bélico nuclear e também membro do Conselho de Segurança da ONU. A economia chinesa flutua nas maiores taxas de crescimento econômico do mundo estando entre 7% e 10% ao ano, nas duas últimas décadas. É o país mais populoso da terra, e possui gigantesco mercado consumidor interno. Tem apetite voraz por matérias-primas, bens de consumo duráveis e não duráveis para alimentar, vestir e entreter sua população de 1,4 bilhões de pessoas.

No que se refere à China, ela foi durante muito tempo vista como uma “oficina do mundo”, devido a seus baixos custos; mas certamente os novos mandarins que compõem sua elite dirigente não se contentam com esse papel “ricardiano” tradicional que lhe seria atribuído na atual divisão mundial do trabalho. De fato, a principal vantagem comparativa, absoluta e relativa, da China, é sua grande população, o seu infindável ‘exército industrial de reserva’, daí sua posição imbatível na produção de manufaturas de massa, especialmente eletrônicos, e produtos industriais em geral. Esse fator é excelente para a China, elevando a qualificação profissional de sua população, trazendo renda e prosperidade para o país (BAUMANN, p.137, 2010).

Na área de ciência e tecnologia está na vanguarda do processo, orquestrando a mudança de produção de produtos baratos e sem qualidade, para produtos de alto valor agregado (o que necessita de altos investimentos em educação universal, e isso a China tem feito com efetividade). No entanto, o país ainda possui índices de desigualdade social relativos a países subdesenvolvidos, apesar de ter tirado 500 milhões de pessoas da linha da extrema pobreza. Outro aspecto que diferencia a China é

seu regime político. Apesar de todos os avanços na economia vive uma ditadura desde a Revolução de Mao Tsé Tung, em 1949. Desde então, não há na China liberdade de expressão, eleições para a escolha dos líderes chineses e seu Primeiro Ministro é sempre indicado e escolhido pela elite do Partido Comunista Chinês, no seu principal congresso. Por causa disso, diz-se que a China é um exemplo de país híbrido, dado seu regime político ditatorial e sua economia de mercado eficientemente globalizada.

A Rússia é considerada uma superpotência média no tabuleiro geopolítico. Foi protagonista da antiga guerra fria e possui arsenal bélico nuclear. Hoje esse país vive uma situação de dubiedade. Detém fartos recursos naturais, entre os principais o petróleo e gás natural, assim como diversos outros minérios e hidrocarbonetos. É o maior país do planeta, ocupando vastas regiões da Ásia e margeando todo o leste europeu. Também possui assento permanente no conselho de segurança da ONU, pelas razões supracitadas. Tem uma população envelhecida e poucos jovens (não passam pelo bônus demográfico que o Brasil passa, por exemplo) e por isso ela tem declinado.

A população russa diminui regularmente. Não eram mais do que 145 milhões de habitantes em 2009, um grande recuo desde 1990. Vinte e cinco por cento da população tem mais de 60 anos, e somente 15% tem menos de 15 anos. A queda populacional e o envelhecimento dos russos são, evidentemente, um grave problema para o crescimento (BENACHENHOU, p.195, 2013).

Mesmo diante deste dilema, a Rússia tem uma economia emergente respeitada em todo o mundo e mediante a sua situação histórica de caráter excepcional ela exerce grande e pesada influência nos países do leste europeu e do centro da Ásia. Esse fato que se confirma diante da boa relação diplomática com o Irã que afirma que seu programa de energia nuclear é pacífico, diante das acusações de que estaria desenvolvendo a bomba atômica, por parte das potências ocidentais. Outra situação é a própria política interna russa. Observando as últimas eleições na Rússia tem-se que desde o alegórico Boris Iéltsin, Vladimir Putin ascendeu ao poder. Como Primeiro Ministro já são três mandatos, com pequeno intervalo em que Dmitri Medvedev foi seu sucessor.

A Índia é o segundo país mais populoso da terra e é o vizinho de peso da China, rivalizando no tamanho da população. Também possui poder bélico nuclear. Mas essas são, talvez, as únicas semelhanças entre esses dois gigantes. Assim como seu vizinho, a Índia tem uma história milenar de longa duração, e parece emergir de um retalho de diversas outras civilizações do passado. Muito antes de a Índia ter sido colônia do império britânico, já era uma nação poderosa. A sua construção passa pela

influência profunda da religião que acabou por determinar aspectos culturais vários como o desenvolvimento da matemática, da engenharia e das castas naquela nação.

A Índia tem, de fato, uma população gigantesca, que deve ultrapassar a da China em alguns anos mais. Mas o que provavelmente mais pesa em seu favor, no atual processo de globalização, são estruturas econômicas e um ambiente de negócios mais capitalistas, ademais de algumas instituições universitárias de qualidade, traços que ela exhibe graças, justamente, à herança inglesa deixada pela antiga metrópole colonial, e que se manifesta também no regime político democrático, no sistema jurídico “inglês” e em certas outras instituições públicas. A favor, ainda, de sua inserção quase natural na globalização, figura uma diáspora indiana nos EUA e em outros países que permite o estabelecimento de vínculos de negócios e de serviços com as empresas inovadoras do país asiático, associando mais estreitamente os indianos à economia global (BAUMANN, p.137, 2010).

Hoje a Índia integra o BRIC devido a sua economia robusta e enorme mercado consumidor, além do forte ritmo de crescimento econômico. O país se destaca na engenharia civil de megaconstruções, na mineração de ferro e outros minérios. Também se destaca na exportação de cérebros nas áreas da matemática, aeroespacial, minérios, engenharia civil de construção e automotiva. Atualmente a Índia avança na tentativa de resolver seus anacronismos históricos como a questão das castas que atravancam o desenvolvimento social indiano. O investimento em educação na Índia não é universal, o que consiste num grave problema para a sociedade e economia. Assim como o Brasil, a Índia quer um assento permanente no conselho de segurança da ONU, embora essa pretensão esteja muito prejudicada dado que a Índia está envolvida num conflito regional contra o Paquistão, pela região da Cachemira. Outro ponto é o fato de seu vizinho de peso, a China, fazer parte desse conselho, o que dificulta sobremaneira as pretensões indianas.

Contudo, entre aspectos que distinguem seus membros e virtudes que os tornam similares, o BRIC, no âmbito das relações internacionais ganham características próprias.

O grupo expressa uma legitimidade evidente. Qualquer redesenho da comunidade internacional, no contexto do crescente multipolarismo que parece emergir, terá de levar em conta esse grande conjunto.

Amanhã, será possível ou mesmo provável imaginar um mundo complexo – com várias estrelas, sem hegemonias ou estrelas principais – onde se desenvolverão formas de diálogo entre parceiros – segundo modelos *ad hoc* para tratar de questões específicas.

Sem tentar exercícios de futurologia, no entanto, pode-se verificar que o grupo dos BRICS goza de uma flexibilidade que expressa um pragmatismo, uma ausência de formas de liderança visando a hegemonias, um respeito por instituições já criadas, com o objetivo de que o grupo, na sua qualidade de fórum dos grandes, possa continuar a desempenhar no futuro, pelo menos

próximo, o papel de um instrumento útil para a aproximação entre Estados e para a defesa da causa da paz (PIMENTEL, p.115 e 116, 2013).

### 3.1 O Brasil no BRIC

O promissor crescimento econômico fez gerar boas expectativas sobre o futuro do BRIC. Juntos possuem características importantes, são países continentais, possuem uma enorme população (42% da população mundial) e têm um mercado consumidor gigantesco para ser explorado. E o Brasil, como se insere neste grupo? Para responder esta pergunta analisaremos as relações políticas e econômicas do Brasil no BRIC.

No período entre 2003-2010 a estratégia da política externa esteve voltada a ampliar as relações multilaterais com diversas regiões do mundo com o objetivo de aumentar as exportações e promover o aumento das reservas monetárias do país.

Uma das principais contribuições do governo Lula foi a restauração da política externa como instrumento da estratégia de desenvolvimento restabelecendo a vinculação que existiu no passado. Neste particular, a aproximação com os novos polos de poder cumpre papel estratégico. Do ponto de vista político e analítico, este movimento não deve ser enquadrado como mera política de prestígio, nem como retorno ao protagonismo brasileiro na liderança do G77 no passado. Há ponderáveis interesses brasileiros em jogo, tendo em vista a consolidação do capitalismo brasileiro e sua projeção internacional ante as características da geopolítica das nações no século XXI (BAUMANN, p.174, 2010).

Aliado às políticas públicas de promoção ao desenvolvimento social como programas habitacionais, de combate à fome e a miséria e maior poder de compra das classes média-baixas do país, o aquecimento do mercado interno foi possível.

O presidente Lula, eleito em 2002 e reeleito em 2006, manteve em suas linhas essenciais o rumo traçado por Fernando Henrique Cardoso, porém acrescentando elementos importantes. Reforçou o programa social anteriormente lançado, atribuindo-lhe maior quantidade de recursos e diversificando suas vertentes sociais: reforço da ajuda às famílias para escolarização das crianças, desenvolvimento da eletrificação rural para os menos afortunados, sustento da habitação social mediante auxílio direto aos mal abrigados. Os programas do presidente Lula foram ajudados pela boa conjuntura econômica local e mundial, que aumentou os meios à disposição do Estado. Essa situação permitiu também ao presidente colocar em marcha uma política de relançamento anticíclica, no momento em que a conjuntura

internacional reduziu as exportações. Essa política favoreceu direta e indiretamente o combate à pobreza (BENACHENHOU, p.92, 2013).

Elementos que associados ao desempenho externo fizeram com que o Brasil ganhasse poder de influência internacional. No BRIC, esse poder de irradiar influência foi aprofundado, tanto as relações políticas quanto comerciais do Brasil com o grupo. No campo político o Brasil conseguiu intensificar o diálogo com os demais membros do BRIC, participar de maneira atuante em reuniões da OMC, discutir medidas e combate à desigualdade social de forma conjunta e propor mudanças em instituições internacionais.

Na área do comércio, as relações do Brasil para a China, Índia e Rússia destacam-se pela quantidade de *commodities* exportadas para estes países como minério de ferro, soja e subprodutos, café, açúcar, etanol, celulose, carnes, sucos de laranja, fumo, nióbio, petróleo, entre outros produtos, caracterizando o Brasil como importante país agroexportador.

Em relação à China, soja em grãos e minério de ferro correspondem à metade do valor exportado pelo Brasil. Para a Índia, cobre e óleo de soja são quase 40% da pauta de exportações brasileiras, e as exportações para a Rússia são, predominantemente, de carne bovina e açúcar. Cabe registrar, ademais, que a soma dos dez principais produtos, nos três casos, corresponde a percentual bastante elevado do valor total exportado pelo Brasil para esses mercados (BAUMANN, p. 19, 2010).

Aspectos positivos podem ser observados no que se refere ao nicho de produtos da pauta de exportação. O país tem mostrado comprometimento em adequar os produtos exportados, principalmente no setor agroexportador, fazendo rigoroso controle de pragas e doenças, melhorando a quantidade e qualidade dos produtos para alcançar credibilidade e aceitação no mercado externo.

Em um mercado mundial que se tornou estruturalmente de alta, o Brasil tem vocação para tornar-se ator dominante. Já é o segundo produtor mundial de soja, o primeiro de café e o terceiro de milho. Graças a seu rebanho bovino de 205 milhões de cabeças, é também o primeiro exportador mundial de carne desse animal. Vende em muitos lugares além da Europa, após as dificuldades encontradas nesse continente.

A produção de cereais, que aumentou 152% no decorrer dos últimos 20 anos em uma área em crescimento de 25%, atingiu 155 milhões de toneladas, das quais 70 milhões em grãos de soja. Esse rápido aumento da produtividade, em um clima permissivo, é resultado de inovações locais contínuas, mudança de técnicas de cultivo impelidas por um fluxo crescente de investimentos nacionais, mas também estrangeiros, notadamente em soja (BENACHENHOU, p.83 e 84, 2013).

Estas iniciativas do governo brasileiro contribuíram para que o volume das exportações aumentasse consideravelmente ao longo das décadas de 1990 e 2000 principalmente entre países emergentes, onde foram concentrados os esforços do Brasil no aprofundamento das relações multilaterais. As Tabelas 2 e 3 a seguir mostram a evolução das exportações como também as importações com o BRIC no período 1990-2010.

Tabela 2: Parceiros Comerciais do Brasil - Exportação (%) em relação ao total exportado 1990 - 2010

País	1990	1995	2000	2005	2009	2010
<b>China</b>	<b>1,22</b>	<b>2,59</b>	<b>1,97</b>	<b>5,77</b>	<b>13,2</b>	<b>15,25</b>
<b>Índia</b>	<b>0,53</b>	<b>0,69</b>	<b>0,39</b>	<b>0,96</b>	<b>2,23</b>	<b>1,77</b>
<b>Rússia</b>	...	<b>1,22</b>	<b>0,77</b>	<b>2,46</b>	<b>1,87</b>	<b>2,06</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2010). In: Lima, Maria Regina Soares de, Brasil e polos emergentes do poder mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul. 2010.

Tabela 3: Parceiros Comerciais do Brasil - Importação (%) em relação ao total importado 1990 - 2010

País	1990	1995	2000	2005	2009	2010
<b>China</b>	<b>0,82</b>	<b>2,08</b>	<b>2,19</b>	<b>7,08</b>	<b>12,46</b>	<b>14,09</b>
<b>Índia</b>	<b>0,08</b>	<b>0,34</b>	<b>0,49</b>	<b>1,63</b>	<b>1,72</b>	<b>2,34</b>
<b>Rússia</b>	...	<b>0,82</b>	<b>1,02</b>	<b>0,98</b>	<b>1,11</b>	<b>1,05</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2010). In: Lima, Maria Regina Soares de, Brasil e polos emergentes do poder mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul. 2010.

Os dados da Tabela 2 nos mostram que o destino das exportações brasileiras ocorreu principalmente para a China, seu principal parceiro no grupo, e que ao longo dos anos foi aumentando gradativamente e hoje é considerado o maior parceiro comercial do Brasil. Seguido pela Índia, em menor volume, mas que representa uma parceira promissora, haja vista, o grande mercado consumidor a ser explorado. E por último a Rússia, apesar da tabela mostrar que as relações comerciais brasileiras com o país passaram a ser contabilizadas a partir de 1995, percebe-se que o comércio com os russos se comportou de forma estável, acontecendo seu melhor desempenho em 2005 quando as exportações brasileiras para o país chegou a 2,46%, melhor resultado entre 1995-2010. Já na Tabela 3, com relação às importações brasileiras com China, Índia e Rússia, inferiram que importamos mais produtos da China, principalmente a partir de 2005 a 2010. Seguido da Índia, chegando a importar 2,34% em 2010. As importações



provenientes da Rússia são de menor número, se compararmos as importações do Brasil com os demais membros do BRIC no mesmo período.

Entretanto, não podemos deixar de mencionar os aspectos negativos do comércio agroexportador brasileiro. Trata-se do baixo valor agregado dos produtos exportados que dificulta o desenvolvimento econômico brasileiro atribuído à falta de investimento no setor tecnológico, científico e de inovação. No caso do Brasil, é necessária a diversificação da pauta de exportação como também melhor qualidade destes produtos. Além disso, o Brasil precisa resolver problemas nos setores de infraestrutura, indústria e energia. Na infraestrutura, melhorar as condições de rodovias, diminuir o desperdício no escoamento da produção até destino final e modernizar portos para recebimento da produção. No setor industrial, investir em inovação tecnológica para fortalecer o setor. E no setor energético, investir em outras fontes de energia. Tais problemas são considerados o gargalo ao desenvolvimento do Brasil.

Portanto, os aspectos políticos nos levam a inferir que o fato do Brasil estar inserido no BRIC possibilitou ao país ter uma melhor visibilidade internacional, ganho de *status* ao se posicionar em debates políticos em instituições como a ONU ou em questões econômicas na OMC e contribuiu para ampliar o *Soft Power* para além de suas fronteiras. Entretanto, nas relações comerciais estabelecidas com o BRIC, o Brasil ainda precisa resolver problemas estruturais. É preciso diversificar a pauta de exportação, investir em infraestrutura, ciência, tecnologia e inovação.

## Conclusão

Este trabalho teve por objetivo analisar a estratégia de política externa brasileira no período 2003-2010 fazendo, a princípio, uma retrospectiva histórica identificando fatores que contribuíram para o aumento da influência e credibilidade do país no âmbito internacional e como também os aspectos que favoreceram o Brasil a adquirir *status* de país emergente ao ponto de estar inserido no BRIC.

Diante do que foi exposto, podemos afirmar que o modelo de Estado Logístico executado pelo governo Lula levou Brasil a ter nas relações internacionais uma desenvoltura antes não obtida pelo país. O Brasil agiu em diversas regiões através de relações bilaterais e multilaterais, difundiu práticas de multilateralismo de reciprocidade e sugeriu com outros países emergentes mudanças em instituições internacionais (ONU e OMC). Tudo isso favoreceu sua inserção internacional. Outro aspecto que contribuiu com esse processo foi o poder de influência através do *Soft Power*, desenvolvido pelo Brasil em sua região, ganhando reconhecimento no plano regional e projeção internacional. Através destas iniciativas foi possível ao Brasil estar presente em mecanismos inter-regionais de cooperação político-econômica entre estes, o BRIC que tem sido um trampolim para alcançar os interesses políticos e econômicos traçados pelo governo brasileiro.

No BRIC foi possível ao Brasil exercer maior poder de reivindicação por reformas da atual governança global. Contudo, observamos também que o BRIC, em termos das perspectivas políticas para o sistema internacional, ainda precisa adquirir robustez para alcançar as mudanças almejadas pelo grupo. Apesar do BRIC apresentar assimetrias político-econômico-sociais, ele tem adquirido respeito e credibilidade no cenário internacional.

Sobre a inserção do Brasil no BRIC, entendemos que esta relação contribuiu para o crescimento das relações políticas, diplomáticas, econômicas e comerciais brasileiras. Essa inserção satisfaz as expectativas da política externa brasileira em ampliar a cooperação político-econômica com países que passaram a expressar relevante poder de influência nas relações internacionais. Entretanto, o Brasil ainda apresenta problemas internos de cunho estrutural, pesada carga tributária, educação universal de baixa qualidade e grande desigualdade social que impede a criação de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento.

## Referências

- ALTEMANI, Henrique. Política externa brasileira. – São Paulo: Saraiva, 2005.
- BARRETO, Fernando de Mello. A política externa após a redemocratização. TOMO I – Brasília : FUNAG, 2012
- \_\_\_\_\_. A política externa após a redemocratização. TOMO II. – Brasília: FUNAG, 2012.
- BAUMANN, Renato [org.]. O Brasil e os demais BRICS – Comércio e Política. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010.
- Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Acordos Bilaterais Brasil-China. 2010.
- \_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Acordos Bilaterais Brasil-Rússia. 2010.
- \_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Acordos Bilaterais Brasil-Índia. 2010.
- BECARD, Danielly Silva Ramos. Relações exteriores do Brasil contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BENACHENHOU, Abdellatif. Países emergentes. tradução de Sérgio Duarte. – Brasília: FUNAG, 2013.
- CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 3 ed. 2ª reimpressão. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- CERVO, Amado Luiz. Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros. – São Paulo: Saraiva, 2008.
- CORRÊA, Márcio Lopes. Prática comentada da cooperação internacional: entre hegemonia e a busca de autonomia. - Brasília: [s.n], 2010.
- FIORI, José Luís. Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana / José Luís Fiori. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 42).
- GRATIUS, S. O Brasil nas Américas: potência regional pacificadora? Fride, *working paper*, n. 35, abril de 2007.
- LAFER, Celso. Identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro. – São Paulo: Perspectiva, 2007.
- MARCOVITCH, Jacques. Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão / Jacques Marcovitch (org.) – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- NYE, Joseph S. Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais. Tradução Henrique Amat Rêgo Monteiro; Revisão Técnica Janina Onuki; Preparação Tereza Gouveia. – São Paulo: Editora Gente, 2009.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato: política internacional. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2009.
- PIMENTEL, José Vicente de Sá. Debatendo o BRICS / José Vicente de Sá Pimentel (Org.). – Brasília: FUNAG, 2013.
- \_\_\_\_\_. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional / Apresentação do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel. – 2. ed. rev. ampl. - Brasília : FUNAG, 2013.
- VISENTINI, Paulo Fernandes. O Dragão Chinês e o Elefante Indiano. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.